



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE  
ORÇAMENTO (2021) PROPLAN/UFERN**

NATAL (RN)  
2021

**REITOR**

*José Daniel Diniz Melo*

**VICE-REITOR**

*Henio Ferreira de Miranda*

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO**

*Josué Vitor de Medeiros Júnior*

**PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO**

*Djalma Ribeiro da Silva*

**COORDENADORIA DE ORÇAMENTO**

*Francisco Alves Sobrinho*

*Wellington Brigido de Almeida*

*João Carlos do N. Almeida Filho*

*Inauro Mano Evas*

## SUMÁRIO

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. RESULTADOS DAS ATIVIDADES PRIORIZADAS EM 2021**

2.1 Otimizar o monitoramento das ações orçamentárias

2.2 Alinhar o ciclo orçamentário ao planejamento estratégico

### **3. DEMAIS ATIVIDADES DA UNIDADE EM 2021**

3.1 Processo de Elaboração da PLOA 2022

3.2 Distribuição Interna do Orçamento em 2021

3.3 Mapeamento dos riscos (em execução)

## **1. INTRODUÇÃO**

A Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) tem como competência, dentre outras atribuições, a gestão orçamentária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Internamente, essa atribuição é de responsabilidade da Coordenadoria de Orçamento, a qual desempenha, além de outras, as seguintes atividades: a) elaborar proposta de distribuição interna do orçamento apreciada e validada pelo Conselho de Administração (CONSAD); b) alocar recursos orçamentários, por intermédio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC), às diversas unidades internas da UFRN; e, em parceria com a Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), c) monitorar/controlar a execução orçamentária; d) alimentar o módulo Receita Orçamentária no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), além de estimar receitas próprias.

O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Orçamento no exercício de 2021. Destaca-se que essas atividades estão alinhadas ao Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira, dando ênfase às atividades priorizadas, sem no entanto, deixar de relatar os outros resultados advindos das demais atividades.

## 2. RESULTADOS DAS ATIVIDADES PRIORIZADAS EM 2021

No início de fevereiro de 2021, a equipe da Coordenadoria de Orçamento, juntamente com Pró-Reitor de Planejamento e o Adjunto, alinharam as ações prioritárias para o ano de 2021, as quais foram:

1. Otimizar o monitoramento das ações orçamentárias;
2. Alinhar o ciclo orçamentário ao planejamento estratégico.

A seguir, será apresentada uma breve descrição dessas atividades definidas como prioritárias, assim como os seus principais resultados alcançados.

### 2.1 Otimizar o monitoramento das ações orçamentárias

Essa atividade está devidamente alinhada ao Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira, em especial no que se refere ao item de monitoramento das ações orçamentárias. Destaca-se que a atividade foi desenvolvida de forma integrada com a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, tendo como principal objetivo promover junto com os coordenadores das ações uma melhor execução orçamentária.

	Ações 2021	Coordenador(a)
1	20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Ed. Básica	Maristela Mosca
2	20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Zilmar Rodrigues
3	2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	
4	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Elaine Michelle da S. Lima
5	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	Francisco Alves Sobrinho
6	4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Edmilson Lopes Júnior
7	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	Izabel Cristina da Silva

A primeira etapa dessa atividade foi a realização de uma reunião geral na qual definiu-se um calendário anual de atividades e o nivelamento de informações mais relevantes e comuns a todos os coordenadores das ações orçamentárias para o exercício de 2021.

Em abril de 2021, em reunião com a participação de todos os coordenadores de ação orçamentária, o calendário de atividades foi aprovado, conforme pode ser visualizado abaixo.

Mês	Pauta	Objetivo
Abril	Reunião - Alinhamento geral	Aprovar Plano de Ação Anual
Maio e Junho	Reuniões setoriais/Ação Critérios do questionário Link com PNE	Discutir tópicos específicos de cada Ação 1-SEBTT (20RL, 2994) 2-PROAE (4002) 3-NEI (20RI) 4-PROEX (20GK) 5-PROPLAN (8282) 6-PROGRAD (20RK) 7-PROGESP (4572) + Hospitais
Julho	1ª Captação (metas físicas e financeiras) Reprogramação PLOA 2022	Garantir cadastramento (SIOP) metas físicas
Outubro	Análise geral do nível de execução das ações	Promover a execução física e financeira
Dezembro	2ª Captação -coleta e registra da execução física-financeira -janeiro-dezembro. Registro da Inexecução, se for o caso.	Permitir cadastramento (SIOP)

Em seguida, no período de maio a junho, foram realizadas reuniões setoriais com cada coordenador das ações para discutir detalhadamente objetivos, descrição, produto, especificação do produto, metas, alinhamento ao Planos Nacionais, etc.

Já em julho, ocorreu uma reunião para realizar a 1ª Captação (janeiro a junho) das metas físicas e financeiras, conforme solicitações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), inclusive com a possibilidade de reprogramação das metas. Na mesma janela de tempo, foram elaboradas as metas físicas para PLOA - 2022, bem como relatório semestral (jan-junho) do acompanhamento da execução das metas físicas e financeiras.

No mês de outubro, ocorreram novas reuniões com todos os coordenadores, a fim de permitir uma análise geral do nível de execução das ações. Esse foi um momento extremamente oportuno para as unidades, em especial as que compõem a Secretaria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT), pois puderam compartilhar experiências e alinhar ações de superação.

Em janeiro de 2022 foi realizada a coleta e o registro da execução física-financeira de janeiro-dezembro de 2021, além do desenvolvimento do Relatório anual da execução das metas das ações, o qual continha comentários e justificativas quanto ao cumprimento ou não das metas, sendo nesse caso, imprescindível o registro da inexecução orçamentária.

## 2.2 Alinhar o ciclo orçamentário ao planejamento estratégico

O desenvolvimento dessa atividade tinha como principal finalidade responder e/ou alinhar dois pontos: os itens do questionário de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), que tratam de orçamento, bem como a iniciativa estratégica do indicador 01 (Índice de Execução dos Objetivos Estratégicos - do Plano de Gestão (PG) 2019-2023), a qual trata de alinhar o ciclo orçamentário ao planejamento estratégico.

Nesse sentido, duas ações principais foram desempenhadas em 2021 objetivando alcançar esse alinhamento: I) Constituição de grupo de trabalho que analisou os Planos Internos(PI) e; II) Coordenação às respostas do Questionário de governança do TCU.

Destaca-se que o grupo de trabalho (GT)que analisou os PI foi multisetorial, compondo servidores da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, da Coordenadoria de Orçamento (ambas da PROPLAN), bem como da Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF/PROAD), conforme Portaria nº 12/2020 -PROPLAN. Foram objetivos do GT: revisar Planos Internos (PI) 2020, elaborar fluxo de criação dos mesmos, além de propor uma estratégia de integração planejamento-orçamento.

O GT reuniu-se 08 (oito) vezes e teve como principais deliberações: I) Os Planos Internos (PI) 2020 revisados e sistematizados alinhados com as ações orçamentárias: 20RI,20RL, 2994 20GK, 20RK, 4002, 4572; II) a decisão de que serão realizadas reuniões sempre no início de cada ano para que as unidades (DCF, Coordenadorias de Planejamento e Orçamento) analisem e validem os PI's do ano, uma vez que a criação dos mesmos se concentra nesse período do ano; III) percebeu-se que a elaboração de uma estratégia de integração planejamento-orçamento é gradativa, dada a complexidade do tema, mas o GT contribuiu para o avanço do processo.

Ressalta-se a relevância dos Planos Internos (PI) como ferramenta que possibilita a integração do planejamento com o orçamento. Os PI estão regulamentados pela [Portaria nº 03/2021SPO-MEC](#).

*Art 1º § 1º (...) é o instrumento de integração entre o planejamento, a programação e a execução orçamentária e financeira, e objetiva orientar os processos de tomada de decisão e imprimir visibilidade à execução das políticas de educação, podendo ser executada por meio de uma ou mais ações orçamentárias, em um ou mais planos orçamentários.( Art 1º, Portaria nº 03/2021 SPO-MEC).*

Quanto às respostas ao Questionário de Governança 2021, a PROPLAN foi a unidade responsável por responder aos seguintes tópicos do questionários: I) estabelecer a estratégia, II) monitorar os resultados organizacionais, III) monitorar o desempenho das funções de gestão, iv) monitorar a satisfação dos usuários, IV) estabelecer o processo orçamentário organizacional, V) contemplar adequadamente as prioridades no orçamento.

Foram realizadas várias reuniões com a equipe da Secretaria de Governança Institucional (SGI), a fim de alinhar as melhores respostas. Como principais produtos dessas atividades, têm-se:

- Elaboração do Modelo de Gestão da Estratégia;
- Elaboração do Modelo de Gestão Orçamentária e Financeira;
- Processo de trabalho da PLOA-UFRN;
- Alinhamento ao Modelo de Gestão de Processos Organizacionais (SGP)



### 3. DEMAIS ATIVIDADES DA UNIDADE EM 2021

#### 3.1 Processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2022

O processo de trabalho de elaboração da PLOA da UFRN, disponível no link [Processo de trabalho PLOA UFRN](#), estabelece que a Coordenadoria de Orçamento possui a responsabilidade pela coordenação e elaboração da PLOA.

A partir dos limites orçamentários, conforme descrito no processo de trabalho, a Coordenadoria elaborou e encaminhou ao Ministério da Educação (MEC) a Proposta de Lei de Orçamentária Anual (PLOA-UFRN), a qual contempla as principais despesas e estima receitas próprias para o exercício de 2022. A tabela a seguir descreve a distribuição inicial da previsão orçamentária da UFRN para o exercício de 2022.

		DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	
	Fonte de Recursos	DETALHAMENTO DAS APLICAÇÕES	PLOA 2022
Programa		0032-Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.045.453,00
Ação		4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.045.453,00
Programa		0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	40.000,00
Ação		000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	40.000,00
Programa		0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	93.061,00
Ação		00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	93.061,00
Programa		5011 - Educação Básica de Qualidade	288.516,00
Ação		20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	288.516,00
Programa		5012 - Educação Profissional e Tecnológica	9.121.078,00
Ação		20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	7.170.361,00
Ação		2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.950.717,00
Programa		5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	148.145.078,00
Ação		20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.891.692,00

<b>Ação</b>	<b>20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior</b>	<b>115.674.717,00</b>
<b>Ação</b>	<b>4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior</b>	<b>30.578.669,00</b>
<b>Programa</b>	<b>0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b>	<b>197.732.188,00</b>
<b>Ação</b>	<b>09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b>	<b>150.253.220,00</b>
<b>Ação</b>	<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</b>	<b>16.355.112,00</b>
<b>Ação</b>	<b>212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes</b>	<b>31.123.856,00</b>
<b>Programa</b>	<b>0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais</b>	<b>31.201,00</b>
<b>Ação</b>	<b>0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais</b>	<b>31.201,00</b>
<b>Programa</b>	<b>0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b>	<b>624.981.175,00</b>
<b>Ação</b>	<b>0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União</b>	<b>624.981.175,00</b>
<b>Programa</b>	<b>0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b>	<b>691.149.170,00</b>
<b>Ação</b>	<b>20TP - Ativos Civis da União</b>	<b>691.149.170,00</b>
<b>Programa</b>	<b>0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Ação</b>	<b>00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias</b>	<b>1.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.672.627.920,00</b>

Cabe destacar que o OFÍCIO-CIRCULAR Nº 57/2021/GAB/SPO/SPO-MEC, o qual regulamentou a PLOA 2022, trouxe algumas mudanças, tais como:

a) Observar o estabelecimento da meta física para as ações 4002 (Assistência ao estudante de Ensino Superior) e 2994 (Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica). O produto para ambas as ações, desde a LOA 2019, passou a ser “Estudante assistido”, e não mais "Benefício concedido", como nos anos anteriores. Dessa forma, deve ser informado o número de estudantes que receberão assistência com o recurso da ação, independentemente do número de benefícios que são ofertados. Na definição do PO de concessão de bolsas, o número deverá considerar o quantitativo de bolsas; o cálculo da meta do PO é independente da meta da ação;

b) Na Ação Orçamentária 20RK (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior), foram incluídos em algumas unidades orçamentárias dois novos POs. O 0004 (Programa de Apoio à Atividade Embarcada) destina-se à execução de despesas afetas ao apoio às atividades embarcadas das IFES, para viabilização dos Laboratórios de Ensino Flutuantes. O PO 0005 (Apoio ao Funcionamento da Graduação em Medicina), por sua vez, destina-se a despesas para hospitais universitários de instituições federais de ensino superior que não possuem hospitais universitários próprios;

c) No que se refere à Ação Orçamentária 20GK (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão), nas Universidades, ela deve ser utilizada para projetos de pesquisa, extensão e PET. Demais demandas de ensino deverão ser alocadas na ação de funcionamento, 20RK (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior);

### 3.2 Distribuição Interna do Orçamento em 2021

Objetivando lisura e transparência, com foco na boa gestão e na organização dos recursos públicos, a UFRN instituiu, por intermédio da Resolução nº 060/2014-CONSAD, um modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas. O modelo utiliza-se dos parâmetros norteadores de distribuição dos recursos de custeio do MEC. A mesma resolução criou também a Comissão Permanente de Auditagem e a Comissão de Avaliação do modelo de distribuição dos recursos orçamentários de custeio. À primeira, compete emitir parecer sobre a validade dos dados a serem utilizados antes de cada aplicação do modelo. À última, cabe discutir e submeter à aprovação do CONSAD propostas de alterações do modelo, visando aprimorá-lo e/ou atualizá-lo. Busca-se assim, estabelecer um alinhamento, ou seja, aplicar internamente, sempre que possível, a mesma metodologia de distribuição orçamentária feita pelo MEC.

A distribuição interna dos recursos orçamentários do Tesouro Nacional aprovados em 22 de abril de 2021 foi publicada a Lei nº 14.144 (LOA 2021), destinados a Outras Despesas Correntes das Unidades que integram a estrutura acadêmica e administrativa da UFRN, para o exercício financeiro de 2021. Foi apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração - CONSAD, conforme planilha de Distribuição Interna de Custeio (Resolução CONSAD 07/2021)

Cabe destacar que a necessidade orçamentária de custeio identificada pela Instituição foi maior que os limites aprovados pelo Governo Federal, o que exigiu um aporte orçamentário de recursos próprios para garantir o orçamento de custeio para o exercício de 2021. Quanto à distribuição interna, cabe ressaltar que não constam na sua composição os recursos das seguintes fontes:

- I) os recursos orçamentários da matriz do Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF) destinados às Escolas de Música, de Enfermagem e Agrícola de Jundiá;
- II) os recursos orçamentários da ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

A distribuição interna da UFRN busca priorizar as despesas obrigatórias e os compromissos formais, tais como: despesa com energia elétrica, contratos de vigilância ostensiva, de terceirização de mão-de-obra especializada, de limpeza urbana dos campi, de manutenção de veículos.

Nesse sentido, a planilha de distribuição interna do orçamento leva em consideração tanto as despesas essenciais quanto a necessidade de cumprimento da missão institucional da UFRN. Assim, tem sua relevância institucional ao permitir que todas as áreas funcionais da Universidade que consomem recursos financeiros significativos participem formalmente do processo de gestão do orçamento

### 3.3 Mapeamento dos riscos (em execução)

Em parceria com a Secretaria de Gestão de Projeto (SGP), iniciou-se os trabalhos de mapeamento dos riscos dos principais processos da Coordenadoria de Orçamento. Inicialmente foram identificados 05 (cinco) processos passíveis de mapeamento. Em 2021 iniciou-se 2 (duas): I) Cadastrar emendas parlamentares; II) coordenar o fluxo de TEDs e Dotação orçamentária, ficando para 2022 o fluxo de elaboração da LOA, bem como o planejamento e alocação interna dos recursos das ações orçamentárias.